

FACULDADE UNINA

**A REFORMA PROTESTANTE E SEU LEGADO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**THE PROTESTANT REFORM AND ITS
LEGACY OF SOCIAL DEVELOPMENT**

Deusdete Machado¹

RESUMO

O desenvolvimento da sociedade no ocidente passou por grandes transformações a partir do século XV e XVI. Dentro deste contexto a sociedade teve grandes influências do sistema religioso estabelecido na região e podemos destacar a influência da Igreja Católica Apostólica Romana que se tornara religião oficial do Estado demonstrando que as particularidades religiosas e o poder político dentro de uma cosmovisão social, sempre onde houve um poder político fundamentado, tinha um poder religioso contribuindo para os aspectos do desenvolvimento local. Desta forma com o advento da Reforma Protestante, embora distanciando os propósitos da política junto à religião, a Reforma trouxe uma nova dimensão na ideologia social promovendo um grande desenvolvimento social e econômico no ocidente na perspectiva do período denominado idade moderna.

Palavras-Chave: Estado; Reforma Protestante; Religião; Política; Igreja; Economia.

Igarapava SP

2021

¹. Aluno do Bacharelado em Teologia em EaD na Faculdade UNINA.

FACULDADE UNINA

ABSTRACT

The development of society in the West underwent major transformations from the 15th and 16th centuries. Within this context, society had great influences from the religious system established in the region and we can highlight the influence of the Roman Catholic Church that became the official state religion, demonstrating that the religious particularities and political power within a social cosmovision, where there was a based political power, had a religious power contributing to aspects of local development. Thus, with the advent of the Protestant Reformation, although distancing the purposes of politics from religion, the Reform brought a new dimension in social ideology, promoting great social and economic development in the West in the perspective of the period called modern age.

Keywords: State; Protestant Reformation; Religion; Politics; Church; Economy.

Artigo Científico entregue à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Orientador: prof. Alisson Sant'Anna

INTRODUÇÃO

A Europa do século XV e XVI foi um período de transição entre o período medieval e a Idade Moderna, neste contexto a sociedade europeia passava por grandes transformações entre as suas estruturas sociais. Com o advento do renascentismo houve grandes transformações dentro daquilo que podemos chamar de movimento urbano, ou seja, a comunidade totalmente rural trabalhadores do campo começa a migrar para as cidades denominadas burgos, e neste contexto passaram a ser conhecidos como burgueses.

Neste contexto a Igreja Católica Apostólica Romana tinha um papel importante já que sua estrutura estava politizada, ou seja, a Igreja Católica pela sua relevância conquistou espaço dentro do governo romano e o imperador Constantino tornou a religião cristã como religião do império e o Clero se tornou peça fundamental para a governabilidade, fato este que a Igreja tinha grande domínio sobre o ritmo e o estilo de vida dos fiéis.

Com a politização da Igreja os princípios da religiosidade ficaram marcados pela transformação da estrutura hierárquica da Igreja, onde os bispos deixaram de atuar somente no campo religioso e passaram a ter influência na composição do Estado.

Dentro do cenário religioso a Igreja se transformou ao ponto de haver discordância dentro das próprias estruturas da Igreja entre vários personagens históricos, como João Wycliff (1325-1384); João Huss (1372-1415), que contestavam contra as práticas e os princípios doutrinários da Igreja, também se levantou o monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546), que discordando de vários pontos da doutrina católica escreveu 95 teses definindo como pontos de divergência entre as doutrinas da Igreja e os ensinamentos bíblicos, culminando dentro da esfera religiosa os fundamentos da Reforma Protestante, que movimentou toda a estrutura da Europa e sua transição ao desenvolvimento que caminhava para grandes transformações sociais ocorridas neste período.

O advento da Reforma transformou o estilo de vida das pessoas levando a sociedade a uma real absolvição do capitalismo que se tornou uma robusta efetivação do processo monetário e capitalização econômica. Desta forma o ideal reformado se expandiu junto ao desenvolvimento social e nas regiões conquistadas

pelos europeus dentro dos aspectos da colonização que ocorreu através da expansão comercial, dentro deste período segundo Max Weber;

Uma simples olhada nas estatísticas ocupacionais de qualquer país de composição religiosa mista mostrará, com notável frequência, uma situação que muitas vezes provocou discussões na imprensa e literatura católicas e nos congressos católicos, principalmente na Alemanha: o fato que os homens de negócios e donos do capital, assim como os trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas é predominantemente protestante. (ética protestante e o espírito do capitalismo, pag.12).

Desta forma a Reforma Protestante teve relevância dentro da construção e do pensamento de uma sociedade que acabara de encontrar um novo sentido para a sua construção social e econômica.

1- A EUROPA NO SÉCULO XV E XVI

O século XV e XVI foi um período da história marcado por grandes transformações, a sociedade europeia, depois de passar o século XIV que foi marcado por grandes acontecimentos que assolaram as estruturas da comunidade europeia e uma imensa crise assolando toda uma estrutura social, este período ficou marcado por fome, peste, guerras e rebeliões. Entre elas a guerras dos cem anos entre a Inglaterra e a França tornando um caos com milhares de mortos.

O século XV foi um marco entre o período medieval e o período moderno com grande aversão cultural e grande investimento na navegação visando projetar as suas relações comerciais, Segundo Mocellin:

As mudanças socioeconômicas que vão ocorrendo na Europa são acompanhadas de transformações políticas.

Muito interessada em ampliar seus negócios e superar as dificuldades para o desenvolvimento do comércio, a burguesia emergente busca uma aliança com o rei, o qual tem por objetivo a centralização política e territorial.

Para concretizar esta aliança, a burguesia oferece recursos para formação do aparelho, tais como: funcionários para a administração e leigos para justificar o poder monárquico nascente e, também, dotação financeira para o recrutamento de forças militares e armas de fogo.

Desse modo, os monarcas feudais foram impondo sua autoridade sobre a nobreza feudal, unificando territórios e centralizando o poder, originando, a partir do século XV, o Estado Moderno.

A centralização do poder avançou para o absolutismo monárquico, passando o rei a ser identificado com o Estado e a constituir um dos elementos de unidade nacional, enquanto a população assumia a condição de fiéis súditos de um mesmo monarca.

As características gerais dos Estados Modernos foram as seguintes:

- Formação de um exército;
- Imposição da justiça social;

- Centralização e unificação administrativa;
- Unificação do sistema de pesos e medidas;
- Arrecadação de impostos *reais*;
- Formação de uma burocracia;

Opunham-se à formação dos Estados Nacionais; a Igreja; setores da nobreza e os interesses regionais. (Mocellin, p. 183. 2005).

Desta forma o movimento do Estado Moderno veio trazendo transformações em todos os setores da sociedade, além dos acontecimentos na área econômica e política tiveram também grandes transformações na cultura sendo o Renascentismo, um dos principais acontecimentos dentro dos aspectos culturais deste período.

O Renascimento trouxe uma ruptura com os valores culturais e fundamentados na vertente teocêntrica da idade média que era imposta pela Igreja; neste contexto todo pensamento e toda estrutura era imposta pela vertente religiosa.

O grande acúmulo de bens adquirido pela expansão comercial trouxe uma nova fase nas estruturas sócias e grande investimento na arquitetura das cidades. Esses acontecimentos não ocorreram de um momento para outro, foi um processo longo na Idade Moderna onde havia mudanças no cenário político e econômico, e todo esse movimento de mudanças eram feito segundo os interesses da elite, *nobreza e burguesia*.

Segundo Cotrim e Fernandes:

O movimento cultural que contribuiu para essas transformações é conhecido como renascimento (século XV e XVI) e envolveu artistas e intelectuais de diversas áreas. Recebeu esse nome porque se inspirou nas ideias do humanismo- movimento iniciado na península itálica em meados do século XIV por intelectuais que defendiam o estudo da cultura greco-romana e o reavivamento de certos ideais de exaltação do ser humano e seus atributos, tais como a razão e a liberdade. Era, portanto, um renascer ou redespertar desses ideais. Como, porém nenhuma cultura renasce fora de seu tempo, o resultado deste movimento não poderia ser de um mero retorno a Antiguidade clássica, trazendo consequências distintas.(Cotrim/Fernandes .p. 253.2013).

Com todos esses acontecimentos que tinham todo o apoio do Clero e suas estruturas estando todas engajadas no posicionamento social, político e econômico, foi despertando no pensamento europeu que faziam parte de uma comunidade que eram simplesmente manipuladas pelo poder da coroa e do tripé que estavam em evidencia e notoriedade no governo neste período histórico, Coroa Nobreza, Clero.

Com a centralização da monarquia, houve grandes tensões na estrutura administrativa; a igreja influenciava a vida espiritual, pelas suas posses também movimentava setores da econômica e pelo seu poder religioso navegavam nas

ondas da política nesta sociedade, recebiam tributos de grandes quantidades de terras que possuíam, além dos dízimos (décima parte salário) dos fiéis, tornando a igreja um poder paralelo e incomodando os reis após a centralização.

As posições políticas encontraram obstáculos nas pregações da Igreja. A Igreja condenava a usura, onde se cobravam juros por empréstimos, e segundo a concepção religiosa esta prática era denominada pecado, por fugir do princípio do justo preço. Por outro lado a política e a corrupção se tornaram inaceitável junto à decadência nos costumes da Igreja permitindo o questionamento da integridade moral do papa e o surgimento de movimentos reformadores.

A desmoralização de membros da Igreja em decorrência do abuso do poder e a contradição entre o que pregavam e faziam estão entre os fatores que contribuíram para a crise religiosa na Europa. A venda de indulgências que caracterizava na venda do perdão dos pecados cometidos pelos fiéis em troca de pagamento aos religiosos também contribuía para a desmoralização. A Igreja ainda mantinha um imenso comércio de artigos religiosos e de vendas de cargos, relíquias ou objetos considerados sagrados. Usavam sua autoridade religiosa para garantir privilégios e ainda desrespeitavam o celibato clerical.

Todo este processo social dentro das instituições na Europa foi marcado por grandes transformações devidas todo o processo que ocorreu em suas estruturas organizacionais demonstrando todo desenvolvimento de dentro dos aspectos sociais, políticos, econômico e religioso.

2- A IGREJA E O ESTADO

As concepções das relações entre Igreja e Estado é um tema muito relevante dentro do cenário histórico, hoje no século XXI alguns países navegam nesta posição de Estado laico, ou seja, um Estado sem uma imposição religiosa, e no contexto democrático esta perspectiva se torna viável devido ao ponto em que a democracia tem como finalidade a liberdade de escolha do povo.

No aspecto histórico as relações instituições religiosa e o Estado são polarizadas, ou seja, um poder sempre teve uma influência religiosa por traz de suas ações e decisão, desta forma pode analisar:

Em contraste, entre os antigos hebreus havia uma teocracia, termo este cunhado por Flávio Josefo (c.37-c.100 AD). A fé mosaica não era simplesmente a religião do estado: ela era, pelo menos até o início da monarquia, o próprio estado. A religião monoteísta de lavé, com as suas

numerosas leis e instituições, regulava todos os aspectos da vida dos israelitas, individuais e coletivos. Durante a monarquia, muitas vezes houve conflitos entre os reis e a religião, especialmente no reino do norte. As políticas religiosas de Jeroboão ilustram claramente a inevitável corrupção da religião quando esta se torna um instrumento de promoção dos propósitos do estado (1 Reis 12:26-33). Em linhas gerais, a teocracia hebraica foi mais pura antes da monarquia e novamente na Diáspora, após o exílio babilônico.

Na Grécia antiga, como em outros lugares, não havia distinção entre o religioso e o secular. A unidade entre religião e estado que caracterizava as cidades-repúblicas gregas era aquela de um estado dominante e uma religião subserviente. O cidadão ateniense, enquanto livre para cultuar os seus deuses particulares, tinha o dever de participar do culto a Zeus e Apolo do modo prescrito pela lei.

Na Roma imperial, o imperador era também o Pontifex Maximus ou sumo sacerdote da religião do estado. Por interesses políticos, César Augusto (27 AC-14 AD) ordenou a restauração dos templos e do antigo culto aos deuses. Ele também iniciou a verdadeira religião da Roma pré-cristã: o culto ao imperador. Mais tarde, quando esse culto tornou-se plenamente institucionalizado, a recusa em adorar a César passou a ser vista como um ato de deslealdade, atraindo a ira do estado. Somente os judeus conseguiram escapar. Seu monoteísmo radical, que proibia qualquer forma de idolatria, tornava-lhes impossível participar do culto ao imperador. Eventualmente, eles foram dispensados de orar ao imperador. Deviam apenas orar por ele, e contribuir, como todos os outros cidadãos, para a manutenção dos templos públicos. (Ver Leo Pfeffer, Church, state, and freedom, p. 3-11). (<https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/igreja-e-estado-uma-visao-panoramica/>, 16/11/2021, às 12:35h)

O contexto narra os princípios culturais de administração local sendo refletida pela presença dos aspectos religiosos e o Estado em comum na sua missão de reger as estruturas sociais de sua época.

2.1- Perseguições do Estado contra a Igreja.

No contexto da Igreja, a Igreja primitiva enfrentou grande aversão do Estado, fato este que a Igreja por se tratar de uma estrutura religiosa fundamentada no princípio das doutrinas cristãs, eram monoteísta, acreditava em um único Deus e salvador, pregavam Jesus para remissão dos pecados, neste contexto a Igreja enfrentou os princípios romanos que defendiam uma ideia politeísta e o Imperador em muitos casos considerado uma divindade, sendo assim a Igreja sofre contra o posicionamento do Estado romano; podemos observar:

Os cristãos não fizeram qualquer tentativa de formular uma teoria das relações entre a igreja e o estado no período pré-constantiniano. Nos primeiros séculos, embora não tivessem o direito legal de existir, os crentes em geral seguiram a admoestação paulina de sujeição às autoridades superiores (Rm 13:1), exceto quando tal sujeição entrava em conflito com preceitos bíblicos ou a pregação do evangelho (At 5:29). Durante cerca de 250 anos, a relação da igreja nascente com o império foi em geral tensa e muitas vezes abertamente conflitiva. Nesse período, a recusa dos cristãos

em participar do culto imperial atraiu muitas vezes a ira e a hostilidade do estado.

A primeira perseguição do governo romano contra os cristãos foi promovida por Nero (54-68 AD), em conexão com o incêndio de Roma no ano 64. Sob suspeita de ter ordenado o incêndio, Nero pôs a culpa nos cristãos, até então pouco conhecidos e mal compreendidos pela população em geral (ver os relatos de Tácito e Suetônio). Essa foi a possível ocasião do martírio de Pedro e Paulo (ver I Clemente). O próximo perseguidor dos cristãos, ainda no primeiro século, foi Domiciano (81-96 AD). Esta perseguição (c.95) também foi dirigida contra os judeus e parece ter se limitado a Roma e à Ásia Menor. Nesta última, a repressão imperial deu ocasião ao livro do Apocalipse, que revela uma atitude muito mais negativa para com Roma que o restante do Novo Testamento (ver Ap 17:1,6; cf. Ayer, 11). A identificação dos cristãos com os judeus provavelmente explica as palavras de Suetônio ao descrever a expulsão dos judeus de Roma durante o reinado de Cláudio, c.51-52 AD (cf. Bettenson, 27, e Atos 18:2).

No segundo século, surgiu uma política “oficial” do império em relação aos cristãos, como mostra a correspondência entre Plínio, o Moço, governador da Bitínia, e o imperador Trajano (c.112). Os cristãos, pelo simples fato de serem tais, não cometiam crime contra a sociedade e o estado. Assim, os recursos do estado não deviam ser gastos em ir ao seu encalço. Porém, uma vez acusados e levados diante das autoridades, eles precisavam adorar os deuses do império ou sofrer punições. Ver Bettenson, 28-30, 33.

Terceiro e quarto séculos: perseguição sob Septímio Severo (193-211) e a primeira perseguição geral sob Décio (249-51): esforço sistemático de impor o culto aos deuses para restaurar a antiga grandeza do império. Exigência de certificado de sacrifício aos deuses (libellus: exemplo em Cairns, 92, e González I-87). Atitudes dos cristãos: mártires, “confessores” e muitos apóstatas (sacrificati e libellatici). A atitude da igreja para com os que foram infiéis: rigoristas (Novaciano, bispo rival em Roma) e tolerantes (“confessores”). Cisma no norte da África e ações de Cipriano em defesa da unidade da igreja: readmissão dos faltosos pelos bispos, mediante certas condições. Mártires célebres: Orígenes, torturado na perseguição deciana, morreu algum tempo depois (c.253); Cipriano foi decapitado em 258, durante a perseguição promovida por Valeriano.

Diocleciano (284-305) e seu vice (César) Galério (292-311) promoveram a última, maior e mais cruel perseguição contra a igreja primitiva. Mais intensa no leste em geral, norte da África e Itália. Convicção de que a existência do cristianismo estava rompendo a aliança de Roma com seus deuses, o que punha em risco o destino do império. Anos 303-304: decretos ordenando destruição de igrejas, confisco dos livros sagrados, prisão dos líderes cristãos, obrigatoriedade de oferecer sacrifícios. Outra vez, muitos morreram, sofreram ou apostataram. Com o afastamento de Diocleciano, a perseguição continuou no oriente até 311, quando Galério, do seu leito de morte, promulgou um edito de tolerância no qual suplicava a intercessão dos cristãos.

<https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/igreja-e-estado-uma-visao-panoramica/>, 16/11/2021, às 12.50h)

2.2- A Igreja anexada ao Estado.

A Igreja, portanto enfrentou grande fúria da governabilidade Romana e dentro deste contexto a Igreja se tornou uma essência a ser observado, fato este que a

Igreja mesmo enfrentando todo o cenário desfavorável crescia e deixava o governo sem rumo perante as suas ações que notavam este povo que só aumentava em números por todas as regiões, desta forma com a Igreja sendo ponto de influencia para com a sociedade o governador Constantino aproxima-se da Igreja como veremos a seguir:

Em 306, Constantino (†337) foi aclamado imperador pelo exército e tornou-se o “César” do ocidente, com autoridade sob a Britânia, Gália e Espanha. Em 312 ele derrotou o seu rival Maxêncio (senhor da Itália e norte da África), tornando-se o único imperador da parte ocidental do Império Romano. Na véspera da famosa batalha da Ponte Mílvia, perto de Roma, Constantino teve um sonho em que viu as primeiras letras do nome de Cristo e as palavras “Com este sinal, vencerás”. Disposto a confiar a sua causa ao Deus dos cristãos, ele fez com que o monograma Chi-Rho fosse pintado nos escudos dos soldados. Quando ele entrou em Roma em triunfo, os costumeiros tributos de agradecimento aos deuses de Roma foram omitidos. O imperador havia lançado a sua sorte com a causa minoritária dos cristãos e desde então considerou o Deus cristão como o protetor do império e o patrocinador da sua própria missão de reforma e reconstrução. (Ver Walker, 125.)

No ano seguinte (313) Constantino e Licínio, o imperador do oriente, encontraram-se em Milão e chegaram a um acordo acerca dos cristãos. O célebre Edito de Milão proclamou a liberdade de consciência, concedeu ao cristianismo plena igualdade com os outros cultos e ordenou a devolução de todas as propriedades eclesiásticas confiscadas durante a perseguição. Eventualmente, Licínio impôs sérias restrições à vida pública das igrejas. Unindo interesses políticos e religiosos, Constantino derrotou Licínio em 324, tornando-se o único governante do império. As igrejas despertaram para o fato de que a causa de Roma e a causa de Cristo haviam se tornado uma só.

Ao assumir o controle do leste, Constantino apercebeu-se de um grave conflito teológico que ameaçava a unidade e a estabilidade do império. Era a controvérsia ariana, iniciada pelo presbítero Ário, por volta de 318, em Alexandria, que versava sobre a natureza ou status de Jesus Cristo. Para resolver o problema, Constantino (o pontifex maximus) convocou todos os bispos do império a se reunirem em Nicéia, na Ásia Menor, para o que veio a ser o primeiro concílio universal da igreja (325). O próprio imperador presidiu os trabalhos da assembléia e influenciou as suas decisões no sentido da adoção praticamente unânime de um credo que excluía o arianismo. Constantino e seus sucessores também afetaram a vida da igreja fazendo grandes concessões à mesma e aos seus líderes (edifícios, doações, cargos, privilégios – ver Bettenson, 45-48), ao mesmo tempo que reprimiram o paganismo. (<https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/igreja-e-estado-uma-visao-panoramica/>, 16/11/2021, às 13.10h).

3- A REFORMA PROTESTANTE E SUA RELEVÂNCIA

Como temos observado as relações entre grupos religiosos e Estado, é uma agenda contínua na transição social por muito tempo e a Igreja instituição

fundamentada dentro da vertente judaico-cristã, á principio deslocada das relações com o Estado começou a ter protagonismo dentro das transformações ocorridas entre a idade média e o período moderno e desta forma se consolidou como religião oficial do Estado, proporcionando novas diretrizes ao seguimento político-social e também religioso.

A construção da identidade eclesiástica foi desmoronando com a participação clerical aos anseios político dentro de cada Estado, desta forma dentro do campo religioso começou haver discordância com a postura da Igreja em relação a sua posição diante dos aspectos doutrinários e sociais, segundo o historiador Alderi de Souza matos:

Muito antes da reforma, houve cristãos que defenderam uma espiritualidade mais bíblica. Um exemplo bem conhecido é o sacerdote João Wyclif, do século 14, que incentivou a primeira tradução completa da bíblia para o inglês (1384). Wyclif se apoiou nas Escrituras para contestar uma série de dogmas da igreja medieval e foi eventualmente condenado por heresias. Quarenta e quatro anos após sua morte, seus ossos foram exumados e queimados, sendo as cinzas lançadas em um rio. Muitos exemplares de seus livros e da sua tradução da Bíblia foram queimados—assim como alguns de seus seguidores. Surpreendentemente, apesar da interna repressão, quase duzentas cópias dessa Bíblia sobreviveram até os nossos dias. Como é natural, a igreja ficou ainda mais receosa de colocar a Escritura nas mãos dos leigos. Mas havia sido desencadeado um processo irreversível. (Matos. P. 70,2005).

O descontentamento era uma forma de se posicionar de personagens ligado a própria Igreja, como especificou matos a cima, também se pode destacar John Huss (1369-1415). Que também foi profundamente impressionando com os escritos de Wyclif. Huss combateu veementemente o pagamento de indulgências, a corrupção e o Clero. Em seis de julho de 1415, em Constança, Huss foi condenado e queimado vivo em praça pública. Desta forma a Igreja católica ia fazendo mártires todos aqueles que se opunham a imoralidade e a corrupção tanto bíblica como no aspecto social entre os religiosos de sua época. Semelhantemente também, o pregador de Florença Jerônimo Savonarola (1452-1498), pregador eloquente que também pregava contra a corrupção da Igreja teve seus livros queimados e em 23 de maio de 1498, Savonarola foi condenado a morte e enforcado em praça pública na cidade de Florença, tendo seu corpo queimado posteriormente.

Todo esse movimento não intimidou o ideal reformista Martim Lutero que em 31 de outubro de 1517 fixou suas 95 teses no castelo de Witenberg, iniciando aqui o que seria o legado da Reforma que ficou conhecido como a Reforma

Protestante, em 1520, o Papa Leão X excomungou Lutero, mas este permaneceu na Alemanha sob a proteção de Frederico da Saxônia. Convocado pelo imperador Carlos V, em 1521, Lutero foi condenado pela Dieta (assembleia de worns), a partir desta data a Reforma criou uma dinâmica própria e sendo absorvida por outros como João Calvino (1509-1564) que também aderiu os princípios da reforma, perseguido estabeleceu-se na Suíça e em Genebra e conseguiu impor uma rígida ditadura política e religiosa, em 1536, aos 26 anos de idade, escreveu sua reconhecida obra: As Institutas da Religião Cristã, obra de grande porte que contém todo o sistema doutrinário adotado pelas igrejas reformadas. Dentro desta perspectiva, inspirado nas ideias reformistas de Lutero Ulrico Zuínglio (1484-1531), o principal nome entre os teólogos suíços na expansão da Reforma Protestante, passou a pregar fervorosamente contra as indulgências, exortando o povo a viver o evangelho puro; criticou insistentemente o celibato eclesiástico, a devoção a Maria e aos santos, a autoridade papal, o culto a imagens e a missa como sacrifício, sendo proibido de pregar e acusado de herege pelo bispo de Constança.

Com base no princípio de exposição dos principais reformadores, as estruturas foram se modificando, sendo assim a Reforma tinha um ideal religioso e acabou modificando toda uma estrutura social como afirma Luís Fernando Dos Santos:

Não era um movimento que visava reformar a estrutura governamental e política, não deseja criar novos dogmas ou novos cânones. Como disse, nem mesmo a autoridade do papa ou a legitimidade da sucessão episcopal foi questionada nos primeiros ventos reformadores. A reforma Protestante foi o desejo de se voltar o mais próximo possível, na práxis, na ética, no culto e na vida da Igreja e dos cristãos, ao padrão encontrado nas Escrituras. Para tanto, nossos pais reformadores passaram a testar no crivo das Escrituras todas as coisas que envolviam a dinâmica da fé. Aquilo que não pôde sustentar-se diante da Palavra de Deus ou que não foi possível provar como sendo diretamente ordenado pela Bíblia ou que pela luz da natureza e prudência cristã, não encontrasse respaldo nas orientações gerais inferidas da revelação bíblica, deveria ser abandonado sem mais considerações.

À luz da Palavra de Deus, mesmo a tradição salutar e multissecular precisou ser avaliada, purificada e validada. Antes disso, para comprovar o seu valor a Bíblia necessitava da autoridade dos pais da igreja e dos antigos doutores, com suas interpretações, intuições e tratados. A Reforma inverteu essa lógica, desde então, não importa quem tenha dito o quê, um pai da Igreja da envergadura de um Agostinho, um teólogo da estatura de Tomás de Aquino ou um célebre papa como Gregório o Grande, esses só devem ser ouvidos se o que ensinam sobrevivem ao teste da Palavra de Deus. Se com ela se harmonizam e se subordinam, seria uma temeridade não ouvi-los e com eles aprender. Se o que ensinam, contradizem a palavra de Deus, seria loucura, pecado, dar-lhes ouvidos e imitar a sua vida e a fé. Assim, da

cátedra ao púlpito, da sacristia ao altar, dos claustros à paróquia, liturgia, pregação e ética foram sofrendo profundas depurações, correções, reformas e sendo adequadas e harmonizadas com a Palavra de Deus. (<https://www.ultimato.com.br/conteudo/reforma-protestante-500-anos-depois,17/11/2021>, às 11.41h)

Ao mesmo tempo, nos impressionamos com o heroísmo de tantos Cristãos da época da Reforma, que por causa de sua fé enfrentaram muitas provações e até mesmo mortes cruéis. O evangelho já não exige esse tipo de sacrifício da maioria dos cristãos do Ocidente, mas isso não significa que estamos livres de grandes desafios. São outras as maneiras pelas quais a fé é testada no tempo presente. Viver de acordo com os princípios e os valores do Reino de Deus continua sendo uma prova difícil, mas necessária, para todos os cristãos.

4- A REFORMA PROTESTANTE E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Os aspectos da Reforma Protestante teve grande aversão ao desenvolvimento socioeconômico ocorrido na Europa na Idade Moderna, a Reforma trouxe novos estudos e novas explicações sobre os fundamentos e as relações que o homem tinha em relação ao uso do capital. Se no pensamento da Igreja católica apostólica Romana o cidadão deveria ficar somente com seu sustento e doar o excedente, no pensamento reformado o trabalho e o acúmulo do lucro era benção de Deus. Segundo Nilson Levi Zalewski de Souza:

Analisando tudo o que pudemos verificar e observar sobre a ética e pensamento protestante, podemos concluir que ela foi de fundamental importância para o momento histórico que viveu a Europa. Com a passagem do feudalismo para o capitalismo, com a instituição das monarquias nacionais e para o avanço da ciência, além da maior liberdade de pensamento e expressão. Vimos na própria opinião do Italiano Amintore Fanfani (1953), que, o protestantismo auxiliou a consolidação do capitalismo no continente europeu, posteriormente, também ajudou na consolidação do capitalismo nos Estados Unidos e Canadá. O ponto principal do 56 protestantismo foi o fim do poder religioso da Igreja Católica sobre as nações e povos, e acima de tudo, fim do poder de governo que possuía. Deixando a religião ligada apenas ao povo e não ao Estado. Pois o primeiro sempre teve a necessidade da religião, mas o segundo desenvolve-se muito mais sem a religião (MARX, 1969). O protestantismo foi importante, na medida em que a riqueza pessoal passou a ser justificada pela moral e ética religiosa, não sendo mais condenável acumular riquezas e prosperar financeiramente. Era tudo o que o capitalista precisava ouvir para que ele não tivesse problema de consciência sobre o novo modelo econômico e de produção que se instaurava em boa parte do mundo. A justificação do homem veio através da fé e à dedicação ao trabalho. A parte radical desse pensamento, através do calvinismo, trouxe num primeiro momento para a

Inglaterra e outros países, sérios problemas sociais, na medida em que tudo passou a ser centrado na individualidade e no capital, todavia, não podemos negar que, a mesma doutrina ética e moral foi fundamental para a Revolução Industrial inglesa. (Souza, p. 55, 2007).

Desta forma o protestantismo seguiu como bússola para o desenvolvimento e a visão colonialista que se fundamentou no contexto da sociedade Ocidental. Agora o processo de produção se tornou excedente e a busca em novos parceiros comerciais culminou em grande investimento nas atividades marítimas e no crescimento do legado estudantil ocidental. Ainda segundo: Nilson Levi Zalewski de Souza:

Verificamos também, que o protestantismo ajudou os reis da Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha e Inglaterra, e também das Cidades-Estados da Suíça, como Genebra e Basileia, a terem emancipação política e governamental. O domínio religioso católico que havia sobre essas nações e Estado trazia consigo o domínio da Espanha sobre os mesmos, o que trazia grande descontentamento aos reis. Em função disso, o protestantismo teve o apoio dos reis e nobres e ajudou na consolidação das monarquias nacionais na Europa. Além disso, trouxe maior liberdade de expressão e pensamento, auxiliando a ciência e o racionalismo bem como o humanismo. Cada pessoa passou a ter liberdade de interpretar as escrituras sagradas, de decidir se as segue ou não; elas passaram a ter liberdade de religião. (Souza, p. 56, 2007).

Dentro de toda perspectiva histórica, os fundamentos da Reforma trouxe uma grande transformação em relação ao posicionamento das pessoas dentro deste contexto histórico, em consequente as transformações no âmbito religioso, também pode se analisar que as mudanças ultrapassaram os aspectos culturais e religiosos e consequentemente também se emergiu para toda estrutura social e em consequente ao desenvolvimento socioeconômico no ocidente, sendo assim o modernismo se tornou o marco da sociedade do avanço, fato este que todas as estruturas da sociedade tiveram grande evolução, inclusive os setores de comunicação com a criação da máquina de escrever por Gutemberg onde as gráficas trabalhavam produzindo manifestos e livros dos reformadores em frequente comunicação com a comunidade.

Com a explosão da comunicação, a sociedade não ficou somente nas leituras do que é religioso, mas como os jornais produziam literatura de todo tipo, as pessoas se tornaram consumidores deste meio informacional, trazendo consequências para vários seguimentos da sociedade, inclusive no cenário político

onde as posições dos gestores passaram ser discutidas em vários locais, assim como expõe Peter Burke:

Os eclesiásticos, por sua vez, temiam que a imprensa estimulasse leigos comuns a estudar textos religiosos por conta própria em vez de acatar o que lhes dissessem as autoridades (4). Tinham razão. No século XVI, na Itália por exemplo, sapateiros, tintureiros, pedreiros e donas-de-casa, todos reivindicavam o direito de interpretar as escrituras (5). O Índice Católico dos Livros Proibidos, criado depois do Concílio de Trento, foi uma tentativa de lidar com esse problema. Outra possibilidade era, naturalmente, as igrejas adotarem o novo meio na tentativa de usá-lo para seus próprios objetivos. Na Suécia protestante, por exemplo, no século XVII a Igreja organizou uma campanha de alfabetização - talvez a primeira dessa natureza na história moderna - que visava a estimular a leitura da Bíblia (6). Todavia, tal solução por sua vez gerava novos problemas. A publicação, do século XVII em diante, de livros baratos como *Fortunatus* e *Ulspegel* mostra que, depois de aprender a ler, as pessoas comuns não se restringiam à leitura da Bíblia, como desejaria o clero.

Na década de 1620 às preocupações religiosas somaram-se preocupações políticas. Ludovico Zuccolo, um escritor italiano, evocava a imagem das barbearias cheias de gente comum discutindo as medidas dos governantes. Essas preocupações refletiam em parte uma reação ao surgimento nessa época de jornais impressos, conduzindo a um debate resumido no tratado *Vom Gebrauch und Missbrauch der Zeitungen* (1700), de Johann Peter von Ledwig. Governos autoritários criticados pela imprensa enfrentavam um dilema muito semelhante ao das igrejas. Se não respondessem às críticas, poderiam dar a impressão de que não tinham argumentos a apresentar. Se, por outro lado, respondessem, ao fazê-lo estimulavam a própria liberdade de julgamento político que desaprovavam. É natural então que o inglês Sir Roger L'Estrange, o principal censor da imprensa depois da restauração de Carlos II, se perguntasse "se a invenção da tipografia não trouxera mais malefícios do que vantagens para o mundo cristão" (7).

Os estudiosos, ou mais genericamente os que buscassem o conhecimento, também enfrentavam problemas. Observemos deste ponto de vista a assim-chamada "explosão" da informação - uma metáfora desconfortável que faz lembrar a pólvora - subsequente à invenção da imprensa. A informação se alastrou "em quantidades nunca vistas e numa velocidade inaudita" (8). Alguns estudiosos logo notaram as desvantagens do novo sistema. O astrônomo humanista Johann Regiomontanus observou, por volta de 1464, que os tipógrafos negligentes multiplicariam os erros. Outro humanista, Niccolò Perotti, propôs em 1470 um projeto defendendo a censura erudita. Mais sério ainda era o problema da preservação da informação e, ligado a isso, o da seleção e crítica de livros e autores. Em outras palavras, a nova invenção produziu uma necessidade de novos métodos de gerenciamento da informação.
(<https://www.scielo.br/j/ea/a/ZNySQnGQtLrt9vgmxqYHsXD/?lang=pt>, visitado, 18/11/2021, às 23.56h)

Desta forma pode-se observar que as transformações foram ocorrendo em todas as áreas, ou seja, todo seguimento onde a sociedade se construía a Reforma deixou um legado muito relevante, portanto, a sociedade se abriu para um nível de liberdade, ou seja, as pessoas começaram a viver de forma diferente, com oportunidade de construir sua história, embora o domínio sempre estivesse à mercê da elite dominante, mas com o advento da Reforma outras estruturas começaram a

se construir, e o colonialismo levou para outras regiões as inspirações deste movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquele que não conhece a sua historia está fadado a não ter futuro. A igreja é tomada pela mão e levada a caminhar pela historia que relata seus próprios feitos mostrando pontos importantes, ora com valores construtivos, ora com valores destrutivos, mas sendo conduzido a revelar seu passado, presente e futuro.

Quando a historia se depara com a Reforma Protestante já está um longo caminho perseguido, construído com lagrimas trabalho e muita gratidão ao Senhor Deus, que monta a historia e se revela através dela pela sua soberana vontade.

Para descobrir na historia o que Deus está fazendo nas pessoas e para as pessoas, grupos, comunidades, a partir de cada seguimento, não é uma tarefa fácil de colocar cada ponto no seu devido lugar. Desde inicio do saber a vida humana sempre tem enfrentado dificuldade de compreender a razão do, “onde está Deus?”. E Deus está dentro de cada historia na religião, e na vida cotidiana, ainda que seja para abençoar por motivos de princípios corretos e bíblicos ou para exortar sobre erros que tomamos por caminhos tortuosos, mostrando assim o real propósito como ele está se revelando naquele lugar. Quando descobrimos Deus através dos estudos teológicos, descobrimos também o homem sendo usado por Deus para fazer seu papel como servo e serva dele.

Desde o principio Deus sempre propôs avisar o homem de seus feitos quando a situação exigia a manifestação da sua soberana vontade, na época da Reforma Protestante temos uma demonstração soberana desse grandioso Deus bondoso que através de seus feitos colocou cada coisa no seu devido lugar a partir da Reforma Protestante.

.Considerando que a Reforma só teve inicio devido à situação religiosa da época de Lutero, onde Deus era visto como monopólio de autoridades eclesiásticas sacerdotal. Considerando que a Igreja que deveria ser como um lugar de refugio dos oprimidos e necessitados de Deus, e não eram assim, somente os que tinham dinheiro e faziam grandes ofertas tinham acesso a Deus segundo o Clero.

Com isso o sofrimento era geral tanto na esfera religiosa como econômica e politica. A sociedade do mundo em transição do Século XV e XVI buscava meio de vida melhor, a sociedade tinha muita dificuldade de crescimento na esfera econômica devida entre outras coisas, a falta de moeda padronizada que facilitaria o

comércio em determinada localidade. Todas as vezes que atravessava um território eles eram submetidos a cobranças de imposto e pedágios. Locais que limitavam a obtenção dos lucros. Mediante tais dificuldades a economia europeia começou a buscar novos mercados aumentando a oferta de alimentos e reduzindo o preço da mercadoria visando também fontes de metais preciosos. Foi assim que as navegações passaram a descobrir novos mares e terras, antes desconhecidos. Foi assim que venceram as dificuldades do século XV.

Com as grandes transformações ocorrendo em todo cenário, tanto religioso como social, o movimento Renascentismo fundado no norte da Itália foi sem dúvida um movimento que transformou toda mentalidade da sociedade europeia; Com o Renascimento todo modelo de sociedade foi se desfazendo e gerando novos sentimentos na população e inclusive as áreas então vitais da vida que a nobreza e o Clero tiravam proveito, áreas como: economia, artes, políticas, ciências e religião que trazia grandes vantagens àqueles seguidores do movimento renascentistas, eles viveram o apogeu destas transformações.

Com todo este cenário montado o movimento entre nobres e Clero vivendo uma vida de grande abundância, inclusive ferindo princípios doutrinários das Escrituras Sagradas para satisfazer o ego de uma liderança narcisista, o movimento que já alguns séculos se formavam contra o domínio da Igreja, foi se tornando mais efetivo e no dia 31 de outubro de 1517 Martinho Lutero então monge católico se levanta com brado e fixa na porta do castelo de Witemberg 95 teses contra os princípios doutrinários, ritos e dogmáticos da Igreja Católica que feriam segundo suas teses a verdade das Escrituras Sagrada.

A Reforma trouxe novos valores, como o levantamento da moral religiosa, a cultura, e o aspecto social foram se transformando e se definindo em um principio de desenvolvimento social e cultural.

O pensamento em relação aos princípios da economia foi se modificando e o homem que sempre foi ensinado a doar o excedente agora com as mudanças principalmente do reformador João Calvino sobre o trabalho e a concepção de que o excedente seria benção de Deus, a sociedade avançou para o princípios do desenvolvimento capitalista contribuindo para o desenvolvimento em várias áreas como, educação, direitos humanos e outras, sendo que a igreja até então não tinha nenhum desejo de que as pessoas desenvolvessem no processo educacional e do conhecimento, tanto sobre os ensinamentos básicos da sua fé como estudos da

Bíblia e também com o conhecimento estudantil. A Reforma através de Lutero, Calvino e outros reformadores facilitou acesso à aprendizagem e dentro desta perspectiva revolucionária o princípio da Reforma Protestante cooperou para todo desenvolvimento expansivo do período moderno. Cooperando também e com muitas ênfases no viver social, político e econômico de nosso tempo.

REFERÊNCIA

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2004. p12

MOCELLIN, Renato. **História. Ensino Médio. Coleção Vitoria Regia**. São Paulo-SP: IBEP 2005. p183

COTRIM, Gilberto; FERNANDES Mirna. **Fundamentos da Filosofia**. São Paulo-SP: Saraiva. 2013. p 253.

MACKENZIE, Universidade. **Igreja e Estado: Uma Visão Panorâmica**. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/igreja-e-estado-uma-visao-panoramica/>
Acesso em: 16/11/2021. às 12,35h.

MACKENZIE, Universidade. **Igreja e Estado: Uma Visão Panorâmica**. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/igreja-e-estado-uma-visao-panoramica/>
Acesso em: 16/11/2021. às 12.50h.

MACKENZIE, Universidade. **Igreja e Estado: Uma Visão Panorâmica**. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/igreja-e-estado-uma-visao-panoramica/>
Acesso em: 16/11/2021.às 13.10h

MATOS, Alderi S. **A Caminhada Cristã na História**; Viçosa-MG: Ultimato, 2005.p70

SANTOS, Luiz F. A Reforma Protestante 500 Anos Depois. **Ultimato**. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/reforma-protestante-500-anos-depois>
Acesso em: 17/11/2021. Às 11.41h

SOUZA, Nilson L Z. **Uma Análise da Influência do Catolicismo e Protestantismo no Desenvolvimento Econômico da Europa e América**.
Disponível em : <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3940>
Acesso em: 18/11/2021 às 14.25h

SOUZA, Nilson L Z. **Uma Análise da Influência do Catolicismo e Protestantismo no Desenvolvimento Econômico da Europa e América**.
Disponível em : <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3940>
Acesso em: 18/11/2021 às 15.05h

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: **A Explosão da Informação nos Primórdios da Europa Moderna**.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ZNySQnGQtLrt9vgmxqYHsXD/?lang=pt> ,
18/11/2021, às 23.56h



TERMO DE COMPROMISSO DE ORIGINALIDADE

Eu Deusdete Machado, portador/a da carteira de identidade nº 8995350-2 na qualidade de estudante regularmente matriculado/a no Bacharelado em Teologia da Faculdade São Braz sob o nº-167292 declaro, para os devidos fins, que o Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se plenamente em conformidade com os critérios técnicos, acadêmicos e científicos de originalidade. Nesse sentido, declaro, para os devidos fins, que o referido TCC foi elaborado com minhas próprias palavras, ideias, opiniões e juízos de valor, não consistindo, portanto, PLÁGIO, por não reproduzir, como se meus fossem, pensamentos, ideias e palavras de outras pessoas. O/a Professor/a responsável pela orientação de meu trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentou-me a presente declaração, requerendo o meu compromisso de não praticar quaisquer atos que pudessem ser entendidos como plágio na elaboração de meu TCC, razão pela qual declaro ter lido e entendido todo o seu conteúdo e submeto o trabalho como fruto de meu exclusivo trabalho.

Curitiba, 04 de dezembro de 2021